

A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS

*Jonison Alves da Silva**

Resumo

Apesar de ainda não apresentar taxas satisfatórias em relação à educação – levando-se em conta comparações internacionais e a dados internos, o Brasil avançou bastante em alguns aspectos, a exemplo da universalização do acesso ao ensino básico. Contudo, o problema da frequência escolar deu lugar a outros problemas como a evasão escolar, a distorção idade/série e aos níveis elevados de reprovação. Entrar na escola deixou de ser um empecilho, mas continuar nela, ainda é desafio para muitos que, se não auxiliados, serão parte de estatísticas negativas diversas por não poderem concluir com êxito sua vida acadêmica, devido a uma vida socioeconômica frágil. A assistência estudantil surge como alternativa para ajudar a contornar esta situação. Mostrar o quadro geral desta área dentro do Instituto Federal de Alagoas (IFAL) subsidia a elaboração de políticas internas e colabora fornecendo informações à área de assistência em todo o país, tendo em vista que a troca e a divulgação de dados e experiências fortalecem as ações de apoio ao estudante.

Palavras-chave: Educação. Assistência Estudantil. Instituto Federal de Alagoas.

Abstract

Although not yet provide satisfactory rates in relation to education - taking into account international comparisons and internal data, Brazil has advanced greatly in some aspects, like the universal access to basic education. However, the problem of school attendance gave rise to other problems such as truancy, the age / grade and high levels of disapproval. Log in school is no longer a hindrance, but still it is still challenging for many, if not helped, will be part of several negative statistics because they can not successfully complete their academic life, due to a fragile socioeconomic life. The student assistance is an alternative to help manage this situation. Show the general framework of this area within the Federal Institute of Alagoas (IFAL) subsidizes the development of internal policies and collaborates providing information to the service area in the country, given that the exchange and dissemination of experience strengthens actions student support.

Keywords: Education. Student Assistance. Instituto Federal de Alagoas.

Introdução

Há muito, a educação vem sendo tida/reconhecida como um dos motores do desenvolvimento e crescimento das sociedades em geral. Por meio de sua ajuda espera-se que as diferenças sociais sejam atenuadas, melhores decisões sejam tomadas em relação ao futuro, sem falar numa extensa lista de outros benefícios.

Os Estados tidos como os grandes responsáveis do avanço social, cultural e financeiro de suas populações vêm se preparando, também, por meio dela, para as novas exigências e idiossincrasias da atualidade, visto que, cada vez mais, são necessários e exigidos níveis elevados e especializados de instrução no ponto em que os conhecimentos básicos não mais atendem plenamente as necessidades.

O Brasil, apesar de ainda não apresentar números satisfatórios neste quesito, vem alcançando resultados cada vez mais expressivos em alguns pontos, como é o caso da evolução dos investimentos na área da educação escolar que, apesar de ainda insuficientes e/ou mal administrados, tem sido constantes como pode ser visualizada na figura a seguir.

Figura 1 – Percentual de Investimento Público Total em relação ao PIB

Tabela 1.1 - Histórico da estimativa do percentual do Investimento Público Total em educação em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), por nível de ensino - Brasil 2000 - 2010

Ano	Percentual do Investimento Público Total em relação ao PIB (%)						
	Todos os Níveis de Ensino	Níveis de Ensino					
		Educação Básica	Educação Infantil	Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Superior
				De 1ª a 4ª séries ou anos iniciais	De 5ª a 8ª séries ou anos finais		
2000	4,7	3,7	0,4	1,5	1,2	0,6	0,9
2001	4,8	3,8	0,4	1,4	1,3	0,7	0,9
2002	4,8	3,8	0,4	1,7	1,3	0,5	1,0
2003	4,6	3,7	0,4	1,5	1,2	0,6	0,9
2004	4,5	3,6	0,4	1,5	1,3	0,5	0,8
2005	4,5	3,7	0,4	1,5	1,3	0,5	0,9
2006	5,0	4,1	0,4	1,6	1,5	0,6	0,8
2007	5,1	4,3	0,4	1,6	1,5	0,7	0,8
2008	5,5	4,6	0,4	1,7	1,7	0,8	0,9
2009	5,7	4,8	0,4	1,9	1,8	0,8	0,9
2010	5,8	4,9	0,4	1,8	1,7	0,9	0,9

Fonte: INEP/MEC

Acompanhando os incrementos financeiros nas escolas e universidades, nos deparamos com outro dado importante: a chamada universalização do acesso ao ensino básico. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de atendimento dos alunos na faixa de 7 a 14 anos, em 2008, foi de 97,9% para o ensino fundamental¹.

Embora hoje seja possível a todos, pelo menos na teoria, o direito a frequentar o

ensino regular, isso não significa que os objetivos da educação como a instrução, formação e adequação ao mercado de trabalho e a vida em sociedade estejam sendo cumpridas. O problema da frequência escolar foi substituído por outros. Como analisa Schwartzman (2005), muitos estudantes não estão no grau em que deveriam, por problemas causados, entre outros desvios, pelos altos níveis de repetência e a má qualidade do ensino, evidenciada pelos dados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e por comparações internacionais.

A distorção idade/série na rede pública de ensino brasileira no ano de 2010 chegou a 26,3% no ensino fundamental, sem falar na elevada evasão escolar que, em 2005, nesta mesma faixa, foi de 8,2, de acordo com dados do INEP. O problema torna-se ainda maior em relação ao grau médio:

As dificuldades encontradas em relação a este nível estão no acesso, na permanência, no desempenho e na conclusão do curso, atualmente considerado essencial, para quase todas as funções produtivas. Os resultados obtidos pela PNAD 2008 mostram que a taxa de frequência dos adolescentes de 15 a 17 anos de idade era de 84,1%, tendo crescido substancialmente em relação a 1998, quando a taxa era de 76,5%. Entretanto, a taxa líquida (nível compatível com a idade), ou seja, a frequência ao ensino médio neste grupo etário era de apenas 50,6%. Sem dúvida, este resultado melhorou bastante em relação a 1998, quando a taxa era apenas de 30,4% (BRASIL, 2009).

Como se pode perceber, o aluno brasileiro passa por alguns obstáculos, inerentes a nosso sistema educacional, além de seus próprios percalços, oriundos das mais variadas origens. E, mesmo considerando que em algumas localidades e/ou escolas o ensino seja dito de qualidade, há de se considerar o estudante, ator que irá assegurar o sucesso - ou não - da política pública adotada.

Segundo a pesquisa *Motivos da Evasão Escolar* (2009), do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, as razões que levam um jovem a sair da escola são as mais variadas e incluem a comprovada experiência empírica de que evasão escolar e pobreza estão intimamente ligadas à indisponibilidade de serviços educacionais de qualidade e a falta de percepção acerca dos retornos futuros. Vejamos:

- 1 Dificuldade de acesso à escola (10,9%);
- 2 Necessidades de trabalho e geração de renda (27,1%);
- 3 Falta intrínseca de interesse (40,3%);
- 4 Outros motivos (21,7%) (FGV/2009).

O estudo correlaciona, ainda, determinados grupos tidos como vulneráveis (grávidas, negros, habitantes da zona rural e deficientes físicos) com a desistência de frequentar os bancos escolares.

A assistência estudantil surge como uma possível ferramenta para melhoria deste quadro, visando a minimização de alguns desses problemas expostos, fortalecendo e garantindo a muitos, uma educação mais justa.

Se o acesso às salas de aula não é mais problema, as desigualdades sociais ainda

continuam imperando e nosso sistema educacional que, apesar de muitos avanços, ainda não apresenta níveis compatíveis com o desenvolvimento econômico do país. Sendo assim, é de se supor que estar matriculado não significa, para todos, prosseguir adequadamente com os estudos, pois:

Para milhares de Estudantes, a renda familiar insuficiente não garante os meios de permanência [...] e término do curso, sendo fadados, muitas vezes, ao baixo rendimento acadêmico e até mesmo à evasão. Uma vez que sua capacidade intelectual e de formação básica já foram avaliadas e aprovadas no processo seletivo de acesso à Universidade, deixar de apoiar esses alunos de baixa renda seria uma discriminação no mínimo contraditória (FONAPRACE, 2000).

Ora, se um dos objetivos da educação é justamente diminuir as desigualdades socioeconômicas, nada mais coerente do que garantir, aos que nela ingressam, as condições mínimas de continuar e terminar sua formação, superando as dificuldades que impedem o êxito de suas vidas acadêmicas.

Segundo o documento Assistência Estudantil: uma questão de investimento (2000), elaborado no Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), para o desenvolvimento do aluno em sua plenitude, é necessária a agregação entre o ensino de qualidade e ministrado políticas efetivas de assistência em termos de moradia, alimentação, saúde, esporte, cultura e lazer, entre outros. O FONAPRACE, fórum assessor da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), criado em 1987, tem a finalidade de promover a integração regional e nacional das Instituições de Ensino Superior (IES) Públicas, visando fortalecer as políticas de Assistência ao Estudante.

Considerando a importância da assistência estudantil no âmbito das instituições públicas e da necessidade de informações concretas que justifiquem a alocação no orçamento das IFES (Instituições Federais de Ensino Superior) e os recursos para viabilizar a execução dos projetos desta área, o FONAPRACE vem reunindo dados como, por exemplo, o perfil socioeconômico e cultural dos discentes das IFES.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, decidimos levantar a situação atual da área assistencial aos discentes do IFAL, tanto para subsidiar a elaboração de políticas internas, quanto para colaborar com o quadro da assistência em todo o país, principalmente nos Institutos Federais, levando em consideração, que a troca e a divulgação de dados e experiências irão enriquecer as ações de apoio ao estudante.

A área assistencial na estrutura da rede federal ganha uma razão extra que vai além dos motivos elencados anteriormente.

A estrutura multicampi e a clara definição do território de abrangência das ações dos Institutos Federais afirmam, na missão destas instituições, o compromisso de intervenção em suas respectivas regiões, identificando problemas e criando soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável com inclusão social (...) (BRASIL, 2008).

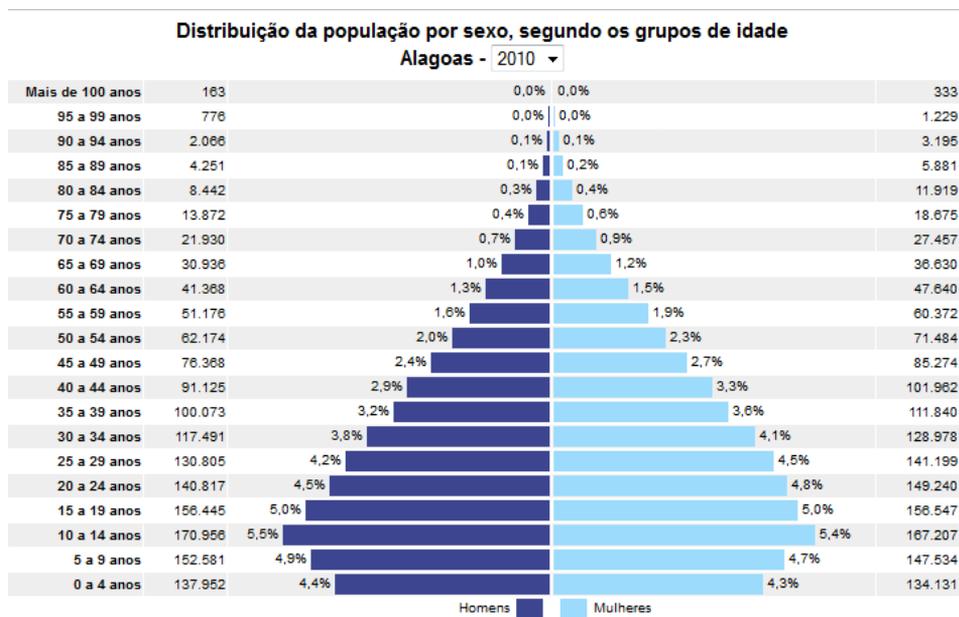
Se a organização dos IFs foi pensada de formar a abranger não só os grandes centros como também outras regiões, com vista a promover o crescimento e diminuir as diferenças socioeconômico-culturais regionais, é de se supor que uma política

assistencialista, mas não paternalista, se faz necessária para corroborar com o todo. Ou seja, esta rede de ensino é, também, em sua essência, uma promotora do desenvolvimento. E como pensar em tal coisa se todos não puderem ter, de maneira igualitária, meios para tal?

1 A educação no estado de Alagoas

Alagoas tem uma população de 3.093.994 habitantes conforme o último Censo, realizado pelo IBGE, em 2010, sendo que, aproximadamente 39,8% dos habitantes, estão na faixa etária de 5 a 24 anos, como se pode observar na figura abaixo:

Figura 2 – Tabela com a distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade em Alagoas no ano de 2010



Fonte: IBGE

A educação no estado apresentou, no ano de 2010, uma defasagem idade/série (levando em conta a rede pública e particular), de 49,4% para o ensino médio e 35,4% para o fundamental, ficando muito acima do índice nacional (INEP/MEC, 2010). Um dado preocupante, pois “as múltiplas repetências exercem efeito perverso sobre a autoestima do aluno e interferem na aprendizagem e no rendimento escolar” (Brasil, 2000).

Além disso, Alagoas possui um dos menores Índices de Desenvolvimento Humano

(IDH) do Brasil, com média de 0,677. A taxa de analfabetismo (2009) é uma das maiores do país: 24,57% das pessoas com 15 anos ou mais (SEPLANDE-AL, 2011).

Em 2009, havia 3.337 escolas de ensino básico oferecendo as modalidades infantil, fundamental, médio, profissionalizante nível técnico, especial e jovem e adulto. Contamos, apenas, com duas instituições federais de ensino, o IFAL e a UFAL, como podemos observar:

Quadro 1 - Distribuição percentual das pessoas que frequentam estabelecimentos de ensino

Alagoas	Fundamental		Médio		Superior	
	Pública	Particular	Pública	Particular	Pública	Particular
	90,5	9,5	83,8	16,2	37,7	62,3

Fonte: Diagramação própria de acordo com dados da PNAD/IBGE

A taxa de frequência líquidaⁱⁱ a estabelecimento de ensino da população residente de 7 a 17 anos de idade, por grupos de idade e nível de ensino, está assim distribuída:

Quadro 2 - Taxa de frequência líquida

ALAGOAS	7 a 14 anos, no ensino fundamental	15 a 17 anos, no ensino médio
	93,6	32,9

Fonte: Diagramação própria de acordo com dados da PNAD/IBGE

2 O IFAL

Segundo informações do MEC a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, da qual o Instituto Federal de Alagoas faz parte conta, atualmente, com 354 unidades e mais de 400 mil vagas em todo o país. Com outras 208 novas escolas previstas para serem entregues até o final de 2014, serão 562 unidades que, em pleno funcionamento, gerarão 600 mil vagas.

São 38 Institutos Federais presentes em todos estados, oferecendo ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia e licenciaturas. Também integram os institutos, as novas escolas que estão sendo entregues dentro do plano de expansão da Rede Federal.

Essa rede ainda é formada por instituições que não aderiram aos Institutos Federais mas, também, oferecem educação profissional em todos os níveis. São dois CEFETS, 25 escolas vinculadas às universidades e uma universidade tecnológica.

O IFAL completou, em 2009, cem anos de existência, tendo tido outras denominações ao longo do tempo:

1909 - Escola de Aprendizes Artífices de Alagoas;

1937 - Escola Industrial de Alagoas;

1942 - Escola Industrial de Maceió;

1956 - Escola Industrial Deodoro da Fonseca;
 1965 - Escola Industrial Federal de Alagoas;
 1968 - Escola Técnica Federal de Alagoas;
 1999 - Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas (CEFET-AL) e, finalmente,
 0000 - IFAL – Instituto Federal de Alagoas, denominação atual.

É formado por 8 Campi (Maceió, Palmeira do Índios, Satuba, Marechal Deodoro, Arapiraca, Piranhas, Penedo e Maragogi) e mais 3 Campi Avançados (Murici, São Miguel dos Campos e Santana do Ipanema). Tendo a previsão da abertura de mais 4 unidades nos próximos anos: Batalha, Rio Largo, União dos Palmares e Coruripe.

No ensino técnico profissional, na modalidade integrado ao médio, são oferecidos os cursos de Informática, Eletroeletrônica, Agroecologia, Hospedagem, Agroindústria, Açúcar e Alcool, Meio Ambiente, Guia de Turismo, Agropecuária, Edificações, Eletrotécnica, Eletrônica, Estradas, Mecânica e Química. Na modalidade subsequente, os de Agropecuária, Segurança do Trabalho, Agricultura, Zootecnia, Eletrotécnica, Mecânica, Química e Rede de Computadores.

A oferta dos cursos superiores de Tecnologia foi iniciada em 2000 e conta, hoje, com os cursos de Gestão Ambiental, Laticínios, Sistemas Elétricos, Construção de Edifícios, Gestão de Turismo, Hotelaria, Design de Interiores e Alimentos. Hotelaria (Tecnologia), Administração Pública (Bacharelado), Letras/Português e Ciências Biológicas (Licenciaturas) são disponibilizados, também, como cursos à distância.

Nos anos seguintes, começou a serem ofertadas as modalidades de ensino PROEJA e Licenciaturas em Matemática, Química, Ciências Biológicas e Letras/Português, além de Bacharelado em Sistemas de Informação.

O IFAL conta atualmente com 622 professores nas diversas séries e cursos.

A tabela a seguir, mostra o número de alunos ingressos nos anos de 2009 a 2011 nas diversas modalidades de ensino:

Quadro 3 – Número de alunos ingressos nas diversas modalidades de ensino no IFAL nos anos de 2009 a 2011

ALUNOS INGRESSOS IFAL	2009	2010	2011
Técnico Subsequente	215	432	663
Técnico Integrado	1020	1717	1826
Tecnologia	424	419	437
PROEJA	163	226	265
Bacharelado	91	80	72
Licenciatura	-	80	200
Cursos à distância	235	350	218

Fonte: SISTEC

Em 2010, foi despendido com os programas estudantis R\$ 1.293.000,00 (um milhão e duzentos e noventa e três mil reais), oriundos dos recursos próprios do custeio da instituição. A partir de 2011, a verba para assistência começou a ser originada do PNAES, tendo sido gasto, neste ano, R\$ 3.537.597,00 (três milhões, quinhentos e trinta e sete mil, quinhentos e noventa e sete reais). Para 2012, a previsão é de serem aplicados R\$ 3.924.694,00 (três milhões, novecentos e vinte e quatro mil, seiscentos e noventa e quatro reais).

O Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), criado em 2008 e tornado em Decreto de nº 7.234, em 19 de julho de 2010, vindo estabelecer metas e objetivos para fomentar a permanência dos estudantes na educação superior pública federal, é o balizador nas ações assistenciais aos alunos. Criado em 2008, o programa recebeu, no seu primeiro ano, R\$ 125,3 milhões em investimentos. Em 2009, foram R\$ 203,8 milhões a serem investidos diretamente no orçamento das IFES.

De acordo com a Resolução nº 22 do Conselho Superior (CS), de 8 de agosto de 2011, que regulamenta a Política de Assistência Estudantil do IFAL, são 15 programas assistenciais, os quais tem por finalidade assegurar os direitos sociais dos seus estudantes, possibilitando as condições para promover acesso, permanência e a conclusão com êxito nos cursos ofertados. Contudo, a Resolução nº 29/CS, de 18 de junho de 2012, revogou um dos programas (Bolsa de Iniciação Profissional) restando, então, 14 Programas:

- Programa Bolsa de Estudo;
- Programa de Auxílio Transporte;
- Programa de Apoio às Atividades Estudantis;
- Programa de Auxílio Alimentação;
- Programa de Alimentação e Nutrição Escolar;
- Programa de Aconselhamento Psicológico;
- Programa de Prevenção a Fatores de Risco e Promoção da Saúde Mental;
- Programa de Orientação Profissional;
- Programa de Informação Cultural;
- Programa de Residência Estudantil e Auxílio Moradia;
- Programa de Assistência aos Estudantes com Necessidades Educacionais Específicas;
- Programa de Assistência à Saúde;
- Programa de Cultura, Arte, Ciência e Esporte;
- Programa Bolsa PROEJA.

Podem ser contemplados pelos programas assistenciais os estudantes regulares, ou seja, os alunos matriculados com observância de todos os requisitos necessários à obtenção dos correspondentes títulos.

Abaixo, mostra-se o quadro com a evolução no número de atendimentos da assistência estudantil de 2009 a 2001.

Quadro 4 – Evolução da Assistência Estudantil de 2009 a 2011

ANO	2009	2010	2011
Nº DE BOLSAS E AUXÍLIOS CONCEDIDOS			
Bolsa de Iniciação Profissional	251	301	382
Bolsa de Estudo	-	-	258
PROEJA	-	-	265
Auxílio Alimentação	-	187	918
Auxílio Transporte	247	328	907
Auxílio Moradia	-	-	-
Residência Estudantil	200	200	200
Nº de alunos atendidos com refeições * ¹	1004	524	853
Fardamento	127	1247	8450
Óculos	9	45	181
Atendimentos Médicos	19465	20691	21215
Atendimentos psicológicos	784	771	1018
Atendimentos odontológicos	935	1246	1457

*¹ (desde 2010 só o refeitório do campus Satuba está em funcionamento)

FONTE: Coordenação de assistência estudantil/IFAL

Em 2009, houve um total de 23.022 atendimentos para um quantitativo de 4.629 alunos em cursoⁱⁱⁱ; em 2010, esses números foram 25.540 e 6.760; já para 2011, foram de 36.104, para um total de 8606 discentes.

De 2009 a 2011 houve um aumento de, aproximadamente, 57% no número de concessões de bolsas e outros auxílios, ficando um pouco abaixo do aumento percentual de vagas ofertadas que, no mesmo período de tempo analisado, foi em média de 78%⁵.

No primeiro semestre de 2012 já foram ofertadas 3.042 vagas contando, até então, com 10.739 alunos em curso, com previsão de encerrar o ano letivo com 11.470 estudantes.

Usando como referência o valor destinado às atividades assistenciais dentro do instituto e os alunos em curso em determinado ano, encontramos a seguinte renda per capita anual: 2010 – R\$191,00/aluno; 2011 – R\$411,00/aluno; e 2012^{iv} - R\$342,00/aluno.

Os números de profissionais ligados à área assistencial no instituto são:

- médicos – 12;
- nutricionistas – 8;
- assistentes sociais – 14;
- odontólogos – 7;
- enfermeiros – 1;
- técnicos em enfermagem – 6;

- auxiliares de enfermagem – 7;
- bibliotecários – 8;
- psicólogos – 10.

Ressalta-se a situação, para muitos não tão óbvios, que o número de atendimentos não reflete diretamente o número de estudantes, pois, como se percebe, aqueles são bem maiores que estes, visto que podem receber mais de um tipo de auxílio em mais de uma ocasião.

Conclusão

O país tem avançado e melhorado em diversos aspectos, no tocante ao quadro educacional. O acesso aos bancos escolares é atualmente garantido, os investimentos na área são cada vez maiores e o governo vem tocando alguns programas e projetos, com o intuito de proporcionar ainda mais avanços, a exemplo da ampliação da Rede Federal de Ensino. Contudo, ao avaliar internamente e ao comparar com dados internacionais, alguns aspectos educacionais preocupam e, agora, ocupam o lugar de antigos problemas: defasagem na correlação idade/série, repetência, evasão escolar, entre outros, indicam que há algo errado.

A política estudantil surge como uma das alternativas para minimizar este quadro, posto que alguns alunos estão expostos a situações que, quando não ceifam, diminuem drasticamente a possibilidade da conclusão da vida acadêmica. Estar simplesmente matriculado não garante uma formação adequada, pois é necessária uma associação do ensino de qualidade ministrado com ações efetivas de apoio ao aluno, em termos de moradia, alimentação, saúde, esporte, cultura e lazer, entre outros.

Este trabalho deteve-se ao aspecto quantitativo, porém, a partir destes números, outros estudos e levantamentos deverão ser feitos, possibilitando análises e informações que irão corroborar para o aperfeiçoamento dos programas assistenciais.

Levantar o quadro da assistência poderá proporcionar visualização de avanços e retrocessos, troca de informações com outros institutos para melhoria conjunta e justificção dos recursos alocados para a área.

Notas

ⁱ Vale lembrar que no Brasil a educação básica é formada por dois ciclos – médio e fundamental – totalizando 12 anos de estudo. A mensuração deste tempo de permanência na escola na faixa de população de 18 a 24 anos é um dos pontos essenciais na avaliação do sistema educacional de um país (BRASIL, 2009). Segundo a PNAD 2008 o percentual de jovens com essa escolaridade é de apenas 36,8%.

ⁱⁱ A taxa de frequência líquida é obtida pela razão entre o total de matriculados em determinado nível de ensino, na faixa etária adequada a esse nível de ensino, sobre o universo de indivíduos dessa faixa etária.

ⁱⁱⁱ Alunos em curso compreende o quantitativo de alunos ingressos + alunos remanescentes dos anos anteriores - alunos desistentes.

^{iv} Para 2012, consideramos o valor total disponível para todo o período dividido pelos alunos previstos ao final do ano.

Referências

ALAGOAS. **Resolução nº. 22/CS, de 8 de agosto de 2011**. Regulamenta a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Alagoas – IFAL. Disponível em: <<http://www2.ifal.edu.br/?q=content/pro-reitorias/proen/dpe>>. Acesso em: 22 out. 2012.

_____. **Resolução nº. 29/CS**, de 18 de junho de 2012. Revoga os artigos 9º ao 28º da seção I da Resolução Nº 22/CS, de 8 de agosto de 2011.

BRASIL. **Decreto nº. 7.234**, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>.

Acesso em 26 jul. 2012.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica.

Instituto Federal: Concepção e Diretrizes. Brasília, p.23. 2008.

GATTI, Thérèse Hofmann. SANGOI, Luiz Fernando. **Assistência estudantil: Uma Questão De Investimento**. 2000. Disponível em:

<http://www.unb.br/administracao/decanatos/dac/fonapraxe/documentos/assist_est.html>.

Acesso em 10 ago. 2012.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Perfil dos estados**. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=al>>. Acesso em 26 jul. 2012.

_____. Síntese de Indicadores Sociais: Uma Análise das Condições de Vida Brasileira 2009. **Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica**. Rio de Janeiro, v.26, p. 252, 2009.

_____. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios (PNAD) 2008**. Disponível em:

<<http://ibge.gov.br>>. Acesso em 17 jul. 2012.

INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). **Sistema de Estatísticas Educacionais**. Disponível em: < <http://www.edudatabrasil.inep.gov.br/>>.

Acesso em 26 jul. 2012.

_____. **Indicadores Educacionais**. Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>>. Acesso em 26 jul. 2012.

_____. **Indicadores Financeiros Educacionais**. Disponível em:

<http://portal.inep.gov.br/web/guest/estatisticas-gastoseducao-indicadores_financeiros-p.t.i._nivel_ensino.htm>. Acesso em 19 jul. 2012.

_____. Políticas Sociais: acompanhamento e análise. **Boletim de Políticas Sociais**.

Brasília, v.1, n.1, jun. 2000.

NERI, Marcelo Cortês. **O tempo de permanência na escola e as motivações dos sem-escola**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2009. 76 páginas.

SCHWARTZMAN, Simon. **Os desafios na educação brasileira**. Disponível em:
<http://www.oei.es/reformaseducativas/desafios_educacion_brasil_schwartzman.pdf.>
Acesso em 26 jul. 2012.

SEPLAN. **Alagoas em números, 2011**. Maceió, p. 9, 2011.